

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: SIMILARIDADES E DIFERENÇAS ENTRE AS REGIÕES SUL E NORDESTE NO PERÍODO DE 2001 A 2015

Eloha Cabreira Brito<sup>1</sup>  
Mayara Rabassi Damazio<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar a desigualdade do desenvolvimento no Brasil através da análise das regiões Sul e Nordeste do país no período de 2001 a 2015. O trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, explicativa, com análise comparativa buscando compreender as diferentes realidades das regiões Sul e Nordeste, através da observação dos indicadores de desenvolvimento como índices de pobreza, alfabetismo, IDHM, índice de Gini, etc. Inicialmente abordou-se arcabouço teórico conceitual sobre desenvolvimento econômico. Posteriormente, a partir da caracterização das regiões e da observação dos diversos indicadores apresentados, foi possível verificar os diferentes graus de desenvolvimento destas regiões, bem como a evolução desigual de tais indicadores no período, no qual, surpreendentemente, a melhoria dos indicadores nordestinos foi significativa, embora os resultados do Nordeste ainda se encontrem muito abaixo dos da região Sul, indicando a necessidade de políticas setoriais mais intensas no Nordeste para reduzir essa diferença de desenvolvimento entre as regiões, especialmente no combate à pobreza e desigualdade, um dos obstáculos ao crescimento e desenvolvimento do país.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Econômico; Região Sul; Região Nordeste; Indicadores Socioeconômicos.

### ECONOMIC DEVELOPMENT IN BRAZIL: SIMILARITIES AND DIFFERENCES BETWEEN THE SOUTHERN AND NORTHEAST REGIONS IN THE PERIOD 2001 TO 2015

### ABSTRACT

This work aims to examine the inequality in Brazil's development through the analysis of the Southern and Northeast regions between 2001 and 2015. This work consists of a bibliographical, explanatory research, with comparative analysis seeking to understand the different realities of these regions, through the observation of development indicators as indexes of poverty, literacy, HDI, Gini index, etc. Addressing initially the theoretical conceptual framework on economic development. Subsequently, from the characterization of the regions and observation of various indicators presented, it was possible to verify different degrees of development for these regions, even as the unequal evolution of such indicators in the period that surprisingly showed the improvement of Northeast indicators, although the results are still far below those from Southern regions, it still indicates the need for more intense sectoral policies to reduce inequality between regions, especially in the fight against poverty, one of the obstacles to growth and development in the country.

**Keywords:** Economic Development; South Region; Northeast Region; Socioeconomic Indicators.

**JEL:** O10, O18.

<sup>1</sup> Economista pela Universidade Estadual de Maringá (2010), Mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Maringá (2012). <eloha.cabreira@gmail.com>

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (2018).

## 1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que países, principalmente países extensos como o Brasil, possuam culturas e costumes diferentes dentro de seu território. A cultura e os costumes são instituições que afetam os padrões de desenvolvimento dos países e regiões. Dessa forma, uma análise do desenvolvimento de diferentes regiões deve ser realizada considerando as especificidades regionais.

Como apresentam Casali, Silva e Carvalho (2010), no Brasil a disparidade entre as regiões é histórica, ou seja, o país apresenta diferentes níveis de desenvolvimento desde sua colonização. Como cada região seguiu direções distintas, ocorreu no Brasil um processo de concentração econômica, principalmente na região Sudeste.

Para Rocha (1998) a desigualdade está dividida em dois pontos: (i) a desigualdade entre as pessoas, normalmente ligada à renda, está associada a disparidade de indicadores relacionados a qualidade de vida; (ii) a desigualdade regional, que apesar da busca para seu combate, ainda é muito forte.

A análise dos indicadores do desenvolvimento, como o IDHM, evidencia essa diferença de desenvolvimento entre os Estados e as regiões brasileiras, ressaltando a divisão do Brasil em duas partes distintas: os Estados da metade inferior do Brasil apresentam os melhores índices, ocupando as primeiras posições de desenvolvimento, e os Estados da metade superior com piores índices.

Dadas as diferentes características regionais do Brasil, o presente trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento econômico das Regiões Sul e Nordeste brasileiras através de índices socioeconômicos, afim de comparar o desenvolvimento destas no período de 2001 a 2015.

A escolha do foco da análise centrar-se nas regiões Sul e Nordeste deve-se as características distintas e aos diferentes graus de desenvolvimento que historicamente apresentam.

Neste contexto, analisar as desigualdades quanto o desenvolvimento e bem-estar das diferentes regiões do Brasil se mostra relevante pois, ao salientar as diferenças socioeconômicas no país, possibilita-se a identificação de problemas regionais que impedem o desenvolvimento homogêneo da nação, contribuindo para que os formuladores de políticas públicas elaborem planos de desenvolvimento, visando minimizar as diferenças sociais e econômicas existentes no país.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, explicativa, com análise comparativa, buscando compreender as diferentes realidades da região Sul e Nordeste, através da comparação de indicadores de desenvolvimento como índices de pobreza, alfabetismo, IDHM, índice de Gini, etc.

Isto posto, o trabalho divide-se em seis seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. A segunda seção apresenta o referencial teórico-conceitual a respeito do desenvolvimento econômico. A terceira seção aborda a caracterização das regiões em estudo. A quarta apresenta a metodologia, enquanto a quinta seção aborda os dados coletados e a análise do desenvolvimento das regiões.

## **2 ANÁLISE MULTIFATORIAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Sachs (2005) destaca que a análise do desenvolvimento econômico precisa abordar outros fatores além do crescimento econômico, uma vez que trata-se de uma mudança qualitativa, e não apenas quantitativa.

Amartya Sen (1999) enfatiza o papel primordial da liberdade para o desenvolvimento. Primeiro porque, para o autor, o processo de desenvolvimento ocorre com o aumento das liberdades. E, também, em razão da eficácia do desenvolvimento depender inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

Sen (1999) considera o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais das pessoas. Sendo a liberdade o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento. A liberdade abordada como finalidade demonstra subjetivamente o enriquecimento da vida humana, tendo então condições de evitar a fome e miséria. Quanto à liberdade abordada como meio:

[...] concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento. [...] a eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir para promover liberdades de outros tipos. Portanto, os dois papéis estão ligados (SEN, 1999, p. 56-57).

Dessa forma, o foco das análises econômicas, e das políticas públicas, não deve centrar-se apenas na busca do crescimento econômico, mas deve apresentar uma visão mais ampla, que objetive a sustentabilidade de um desenvolvimento incluyente, visando, além do crescimento do produto, a redução das desigualdades e

a melhoria na qualidade de vida da população, proporcionando uma ampliação das liberdades destas, importante meio para atingir o desenvolvimento.

Este trabalho adota o conceito mais abrangente de desenvolvimento, como o destacado por Sen (1999) e Sachs (2005), portanto, é imprescindível estudar os outros fatores, além do crescimento, que impactam o desenvolvimento, como distribuição de renda, pobreza, trabalho e educação.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2017) destacam que ao se abordar o tema desenvolvimento é inevitável discorrer sobre distribuição de renda, pois mesmo com um PIB *per capita* razoável quanto mais concentrada for a renda de um país, menos desenvolvido ele deve ser considerado. Uma vez que pequena parcela de sua população tem boas condições de vida, enquanto a maioria tem condições inferiores de renda e acesso a bens.

Muito se discute sobre o impacto da concentração de renda no nível de pobreza, uma vez que a pobreza pode ser uma consequência da má distribuição de renda de uma economia, em que a riqueza se concentra em uma pequena parcela. Quanto a isso, Rocha (2006) aponta que o Brasil possui uma renda *per capita* bem acima da linha de pobreza o que confirma que no caso brasileiro a pobreza absoluta decorre da concentração de renda.

A origem da teoria desenvolvimentista descreve o aumento da concentração de renda, funcional<sup>3</sup> ou pessoal<sup>4</sup>, como consequência do processo de industrialização (OLIVEIRA; BASTOS, 2016). Desigualdade e concentração de renda, dois fatores correlatos, reduzem a capacidade de crescimento e de desenvolvimento dos países e regiões conforme apontado por Furtado (apud HOFFMANN, 2001, p. 68):

No livro intitulado Um projeto para o Brasil, publicado em 1968, Celso Furtado discute como a elevada desigualdade da distribuição da renda no país condiciona um perfil da demanda global que inibe o crescimento econômico. Ele mostra como a tendência estrutural para a concentração da renda favorece o subemprego de fatores característico das economias subdesenvolvidas. Assinala que a concentração da renda causa uma grande diversificação das formas de consumo de grupos privilegiados. Isso beneficia as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, mas as dimensões reduzidas do mercado de cada produto impedem o aproveitamento das economias de escala, fazendo com que estas indústrias operem com custos relativamente altos. Em outro trabalho publicado no mesmo ano, ao analisar

---

<sup>3</sup> A distribuição funcional da renda (DFR) refere-se à repartição da renda gerada no processo produtivo pelos fatores utilizados na produção.

<sup>4</sup> A distribuição pessoal da renda (DPR) refere-se as desigualdades de rendimentos auferidos por indivíduos ou famílias.

as consequências da política econômica do governo militar instaurado pelo golpe de abril de 1964, ele afirma que "provocou-se maior concentração da renda ... quando se tem amplamente reconhecido que o maior obstáculo ao desenvolvimento do país está na já excessiva concentração da renda".

Assim, a distribuição de renda da economia impacta no desenvolvimento desta. Relacionado ao aumento da concentração de renda de uma economia tem-se a ampliação da pobreza. Embora a pobreza esteja relacionada à escassez de renda, e sua definição mais simples se baseie neste princípio, existem outras formas de mensurar a pobreza além da insuficiência de renda. Dentre os economistas que acreditam em tal vertente encontra-se, Amartya Sen (1999), este destaca que a pobreza deve ser entendida além de um baixo nível de renda, como uma *privação das capacidades básicas*, que restringe a liberdade das pessoas viverem como realmente desejam, e isso tem implicações importantes para o desenvolvimento.

Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2017) a pobreza pode ser entendida como um estado de carência, ou seja, condições mínimas de vida, renda mínima, ou até mesmo o mínimo de acesso a bens e serviços básicos.

Souza (2011) classifica o número de pessoas pobres como um dos principais indicadores de desenvolvimento, pois além de refletir a qualidade de vida, o índice também impacta o mercado interno, em virtude da relação positiva entre renda e consumo, ou seja, um aumento da renda familiar possibilitaria uma elevação do consumo. Portanto, reduzir o nível de pobreza pode contribuir para elevar a demanda do mercado interno, aquecendo a economia propiciando o crescimento econômico.

Em uma abordagem monetária estabelece a pobreza como a incapacidade do indivíduo em satisfazer suas necessidades materiais. Logo, a renda é um indicador muito importante para medir a pobreza e o bem-estar (LIMA, 2005 apud COUTO; BRITO; COUTO, 2015).

Desta maneira evidencia-se o peso da pobreza no desenvolvimento. Isto posto, é importante destacar a forte relação da educação com a pobreza, uma vez que o grau de escolaridade pode melhorar as condições de inserção do indivíduo no mercado de trabalho, lhe assegurando melhores postos de trabalho, maiores ganhos financeiros e pessoais, ocasionando um aumento do bem-estar. Assim, o investimento em educação é primordial para o desenvolvimento econômico no longo prazo (SILVA, 2017). "O capital humano é fundamental para a economia tratando-se do rendimento

produtivo alcançado na atividade econômica, ele é representado através do nível de escolaridade que uma sociedade expõe” (SILVA, 2017, p.16).

Barros e Mendonça (1997) destacam que os investimentos em educação não beneficiam apenas as pessoas que se educam, o investimento favorece também as pessoas que os cercam. Isso porque se espera que quanto maior o nível de escolaridade, maior será a produção, decorrente do aumento da eficiência, e então maiores serão os salários. Além disso, quanto maior nível educacional das famílias, menor tende a ser o número de filhos, o que, conseqüentemente, reduz o tamanho das famílias. Tudo isso contribui para a melhoria na qualidade de vida e bem-estar, reduzindo a pobreza.

“Do ponto de vista empírico, observa-se no Brasil, um grande fosso educacional” (MEDEIROS, 2003, p. 328), ou seja, os indivíduos mais pobres apresentam menor grau de escolaridade, dessa forma a grande concentração de renda decorre da desigualdade no nível educacional, em razão de diferentes taxas de acumulação de capital humano. Assim, com a difusão do acesso à educação, segundo Medeiros (2003), a concentração de renda deveria diminuir.

A educação se mostra importante tanto para empresas quanto ao trabalhador, que maior instruído possui maiores oportunidades. Seguindo essa visão, uma maior qualificação do indivíduo melhora a relação capital-trabalho. Podendo ainda agregar um resgate da cidadania no país.

Outro fator importante que deve ser tratado de impacto ao desenvolvimento é o emprego. Além do alto desemprego causar a queda do consumo e do bem-estar da população, ele agrava a desigualdade. Dessa forma é necessário verificar as diversas formas de emprego.

Considerando que um importante passo para o desenvolvimento é a redução da pobreza, é necessário além da geração de emprego, garantir que esse emprego apresente boas condições, assegure direitos e que seja devidamente remunerado. Em referência a isso tem sido utilizado desde 1999, pela OIT, o conceito de trabalho decente, com o objetivo de ressaltar a necessidade de estudar e discutir condições no mercado de trabalho (BAUMANN; ABRAMO; BOLDUC, 2008).

Segundo Mocelin (2011), os empregos devem fornecer boas condições de trabalho, promovendo a inclusão social. Isso ocorre através de acesso à proteção social, por meio de remuneração coerente ao trabalho, acesso ao sistema

previdenciário, direitos laborais, seguro desemprego, etc. Essa seria a ideia do trabalho descente, porém, segundo o autor, existe uma grande preocupação com as condições contratuais e de trabalho, suprimindo os assuntos referente ao emprego, como complexidade e qualificação e às condições econômicas e técnicas de segmentos produtivos.

Baumann, Abramo e Bolduc (2008) definem como estratégia ao desenvolvimento humano o trabalho descente, ou seja, além de prover as condições de crescimento, assegurar as condições mínimas de infraestrutura e incentivar o aumento da produtividade afim de ampliar oportunidades e a participação do trabalhador no mercado.

Amartya Sen (1999) afirma como é importante adotar uma perspectiva de desenvolvimento como um processo ligado a liberdade, e que deve ser usada para analisar o processo de desenvolvimento integrando considerações econômicas, sociais e políticas. Essa perspectiva permite uma análise mais ampla, reconhecendo o papel dos valores sociais e costumes, pois esses podem influenciar na liberdade e, conseqüentemente, o desenvolvimento, pois a privação da liberdade impossibilita o desenvolvimento.

A escola institucionalista - seja ela os velhos, novos ou neoinstitucionalistas - enfatiza o papel das instituições na mudança econômica e no crescimento<sup>5</sup>. As instituições podem ser definidas como um conjunto de normas, valores e regras formais (como leis, regulamentos, etc.) e informais (como costumes, convenções tácitas, etc.), que

resultam de uma situação presente que molda o futuro através de um processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens vêem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista. Há, portanto, um forte vínculo entre as especificidades históricas e a abordagem evolucionária (CONCEIÇÃO, 2002, p. 122).

Os Neoinstitucionalistas enfatizam mais claramente o desenvolvimento como um processo que depende de uma trajetória econômica construída ao longo do tempo. Assim, as instituições importam para determinar o caminho da economia para o crescimento ou para a estagnação econômica (ARAÚJO et al., 2017).

---

<sup>5</sup> Sobre a relação entre instituições e o desenvolvimento, verificar Conceição (2007).

Esta teoria relaciona-se com estabelecido por Sen (1999), uma vez que os valores sociais e costumes, bem como as liberdades substantivas, são instituições que afetam o desenvolvimento.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2017) explicam a concentração de renda no Brasil, inicialmente como consequência histórica, devido ao longo tempo de escravidão e quando libertados, os escravos não possuíam nenhuma condição de participar do mercado. Além disso, as terras eram concentradas em grandes propriedades, ou seja, a distribuição das terras do Brasil colônia formaram grandes latifúndios. Outro elemento importante, destacado pelos autores, é que no processo de industrialização do Brasil, por substituição de importação, o investimento ocorreu fortemente em capital, utilizando tecnologias capital intensivas ao invés de mão de obra intensivas, o que acarretou uma redução da remuneração da mão de obra, em virtude da grande disponibilidade deste fator na economia.

Para Hoffmann (2001), nos países latino-americanos, como o Brasil, que possuem alta concentração de renda, a causa da desigualdade deve ser estudada desde a colonização por Portugal e Espanha, em razão da elevada concentração da posse da terra, decorrente da organização da economia desses países, que tinha sua base de produção e exportação em produtos primários.

Não há como referir-se à concentração de renda sem discorrer sobre a distribuição regional de renda, uma vez que no Brasil existe uma grande desigualdade entre regiões. Acerca disso Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2017) demonstram a participação das regiões brasileiras na renda global do país, e o que chama a atenção é o fato da região Sudeste apresentar um rendimento médio três vezes maior que a região Nordeste. Este fato evidencia como é necessária a discussão a respeito da distribuição de renda no país, considerando que o desenvolvimento visa a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população como um todo.

Visto que há diversas formas de privação de liberdade, como a fome coletiva, desigualdades entre homens e mulheres, e até mesmo falta de acesso a serviços básicos como água tratada, saúde, educação e segurança, precisa-se de uma política pública que objetive erradicar tais privações como meio de se atingir o desenvolvimento econômico.

Neste contexto a análise dos indicadores sociais são importantes tanto para verificar se houve desenvolvimento, como para explicar diferenças no desenvolvimento de regiões distintas, uma vez que podem indicar a privação de liberdade, um obstáculo para que ocorra tal desenvolvimento.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES**

O Nordeste é a segunda região mais populosa do Brasil com um total aproximado 56.760.780 pessoas<sup>6</sup> (IBGE, 2018), em uma área de aproximadamente 1.554.291 km<sup>2</sup>. É também a região com maior número de Estados, sendo nove no total: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A região Nordeste apesar de ter mais pessoas morando na área urbana, possui uma grande quantidade de pessoas residindo na área rural, uma vez que a região possuía metade da população rural do país, conforme dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010). E a maior parte de sua força de trabalho está localizada no setor de serviços.

Bernardes (2007) apresenta a formação da região Nordeste em dois aspectos, no período colonial: (i) formada por uma elite detentora de poderes econômicos, como por exemplo, proprietários de terra, militares, clérigos, etc.; (ii) a base produtiva das estruturas administrativas era direcionada a exportação de produtos primários, utilizando-se principalmente de mão de obra escrava.

Nesta região as políticas sociais, principalmente políticas que impactam na renda das famílias, são muito mais importantes do que as demais regiões, em virtude do maior impacto local. Isso pode ser ocasionado pelo fato de que a região abriga mais da metade da população pobre do Brasil (ARAUJO, 2014).

Pereira (2015) ressalta que as ações realizadas, em conjunto com as políticas sociais, como por exemplo na educação profissional e superior, garantiram melhoras consideráveis na vida cultural, política e econômica do Nordeste, mesmo com todas as dificuldades de funcionamento.

Em consequência disso, o crescimento da renda no Nordeste fundado nos programas sociais, estimulou o consumo e assim fomentou o comércio local, como também o investimento. Aliado a esses, os programas de incentivo ao consumo e

---

<sup>6</sup> Dados referentes a julho de 2018.

crédito, como o Minha Casa Minha Vida, também impactaram significativamente na economia nordestina, pois além de suprir o *déficit* habitacional existente, esse programa também beneficiou o setor da construção civil, intensivo em mão de obra, ampliando o nível de emprego, não só no Nordeste como também em todo o Brasil. Porém, ao se analisar o nível de investimento de infraestrutura econômica o Nordeste ainda tem um grande caminho a percorrer (ARAÚJO, 2014).

Cavalcante Filho (2015) evidencia que, entre 1999 e 2009, o Nordeste apresentou mudanças no mercado de trabalho, com uma grande redução no trabalho informal, conjuntamente com um aumento da desocupação. E junto a políticas causou uma divisão de opções de mercado de trabalho, sendo uma o trabalho formal e outra se mantendo desocupados, mas com pequenos rendimentos familiares.

Outra mudança que Cavalcante Filho (2015) aponta é a maior visibilidade para as novas atividades no Nordeste, como o turismo, festividades, artesanato e música, e até mesmo atividades de serviço tecnológico. Essas atividades ligadas principalmente à cultura local, começaram a ser reconhecidas por órgãos de apoio, conseguindo maiores investimentos e, conseqüentemente, gerando mais empregos locais.

Um estudo mais detalhado da região Nordeste revela seu modo peculiar de desenvolvimento, diferente de outras regiões, e aponta a necessidade de políticas para auxiliar o aprofundamento do processo de seu desenvolvimento.

A região Sul, ao contrário do Nordeste, é a região com menor número de Estados, sendo eles o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com 576.774 km<sup>2</sup> de extensão, a região tem aproximadamente 29.754.036 pessoas<sup>7</sup> (IBGE, 2018).

Por outro lado, na região Sul inicialmente predominou a produção agrícola, influenciada principalmente pelos imigrantes europeus. Contudo, a industrialização da região foi implementada por meio do processo de substituição de importação, o qual incentivou a produção interna para substituir o que antes era importado, e foi nesse contexto que se implantou a indústria regional (MONTIBELLER FILHO; GARGIONI, 2014).

Na região Sul, a indústria surgiu através de pequenas unidades de produção, como agroindústrias, posteriormente foi sendo implementado setores importantes e

---

<sup>7</sup> Dados de julho de 2018.

dinâmicos para a economia, até se tornar a segunda região do Brasil em geração de empregos industriais (MONTIBELLER FILHO; GARGIONI, 2014).

#### 4 METODOLOGIA

A fonte de dados utilizada para a análise empírica é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2001, 2011 e 2015 para as regiões Nordeste, Sul e para o Brasil. Todos os resultados apresentados foram gerados utilizando-se os fatores de expansão de cada pessoa e de cada domicílio, os quais são fornecidos pela PNAD.

Adotou-se como linha de pobreza  $\frac{1}{2}$  salário mínimo de renda mensal domiciliar *per capita*. Tomou-se como referência o salário mínimo nacional em vigor em dezembro de 2017 que era de R\$ 937,00, sendo a linha de pobreza R\$ 468,50. Os valores monetários foram atualizados utilizando-se o Índice Nacional de Preço ao Consumidor restrito (INPC) de dezembro de 2017. Com base na linha de pobreza estabeleceu-se duas categorias de renda: a) pobres, aqueles que têm renda *per capita* menor ou igual a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; e b) não-pobres, aqueles cuja renda *per capita* é maior que  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. É importante destacar que nem toda a população não-pobre pode ser considerada rica, uma vez que ter uma renda *per capita* acima de R\$ 468,50 já levaria o indivíduo a ser classificado como não-pobre.

Para caracterizar as populações e sua inserção no mercado de trabalho utilizou-se os dados das pessoas, disponibilizado pela PNAD, como escolaridade, condição de atividade e ocupação, setor e tipo de ocupação, emprego decente, renda domiciliar *per capita*. Para tanto foram excluídos os membros cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, os casos com renda ignorada.

Para a caracterização do bem-estar dos indivíduos, utilizou-se os dados dos domicílios visando destacar a qualidade do domicílio e o acesso a bens de consumo durável, disponibilizado pela PNAD, excluindo-se os dados de domicílios não permanentes e coletivos<sup>8</sup>, mantendo apenas os domicílios particulares permanentes.

A partir desses indicadores foi possível obter um perfil de algumas das principais características da população nordestina, sulista e brasileira. Além disso,

---

<sup>8</sup> Tais como prisão, hotéis, hospitais, asilos, entre outros.

foram analisados os dados a respeito do desenvolvimento das regiões com base nos seguintes indicadores: PIB *per capita* regional; participação dos setores no PIB regional; participação das despesas de capital das regiões no total nacional; participação do PIB das regiões no PIB brasileiro.

## 5 O DESENVOLVIMENTO COMPARADO DAS REGIÕES: NORDESTE E SUL

Inicialmente buscou-se caracterizar a população das regiões e identificar as condições de vida das famílias nas regiões sul e nordeste sempre comparando aos resultados com os dados para o Brasil.

A Tabela 1 apresenta os dados sobre a escolaridade das regiões. Através de sua análise nota-se que a região Nordeste apresentou uma taxa de analfabetismo cerca de três vezes maior que a região Sul, e cerca do dobro da taxa apresentada pelo Brasil.

Tabela 1 - Escolaridade da população Nordeste, Sul e Brasil no período de 2001, 2011 e 2015<sup>1</sup>

Indicadores	Nordeste			Sul			Brasil		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
Analfabetos <sup>2</sup>	22,13	15,53	14,71	6,39	4,54	3,84	11,42	8,02	7,40
Escolaridade média <sup>3</sup>	6,59	8,05	8,16	7,04	8,42	8,85	7,18	8,58	8,86
Faixas de escolaridade <sup>2</sup>									
Sem inst. e menos de 1 ano	22,84	19,28	14,24	7,95	7,41	5,79	12,77	11,68	8,51
1 a 4 anos	34,09	22,72	22,58	30,73	21,34	19,86	30,88	21,30	20,05
5 a 8 anos	23,46	24,22	24,95	32,16	28,64	24,27	28,47	25,39	25,12
9 a 11 anos	15,58	25,81	27,73	19,99	28,23	28,87	20,24	29,17	30,58
12 anos ou mais	4,02	7,97	10,50	9,16	14,38	18,24	7,64	12,45	15,73

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2001, 2011 e 2015.

Notas: <sup>1</sup> Todos dos dados estão em %, com exceção da escolaridade média, apresentada em anos de estudo.

<sup>2</sup> Pessoas com 10 anos ou mais.

<sup>3</sup> Pessoas com 25 anos ou mais.

Esses dados indicam a desigualdade de acesso à educação no país, todavia, o indicador de média de anos de estudo, para pessoas com 25 anos ou mais, cresceu ao longo do período para todas as regiões analisadas, e apresentou média próxima entre as regiões e o país.

Ao desfragmentar as faixas de escolaridade de pessoas com 10 anos ou mais, nota-se a tendência ao aumento dos anos de estudo da população brasileira, sulista e nordestina, mas com o Nordeste apresentando resultados inferiores à média nacional, enquanto o Sul apresenta resultados superiores ao Brasil.

Essas diferenças educacionais podem ser um fator importante que impacta nas condições de vida e trabalho da população, uma vez que o grau de escolaridade pode melhorar a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, permitindo que o indivíduo alcance melhores postos de trabalho com salários mais elevados, além do aumento da produtividade destes, que pode gerar impactos positivos sobre o crescimento econômico, se considerado o aumento da escolaridade populacional.

A Tabela 2 apresenta as condições de atividade e ocupação para as regiões analisadas. Quanto à condição de atividade, percebe-se, mais uma vez, que a região Sul apresenta maior parcela da população economicamente ativa (PEA)<sup>9</sup>, seguida pela média nacional, e pela região Nordeste, mas em todas elas a porcentagem de população economicamente ativa é maior que a população não economicamente ativa (PNEA).

Tabela 2 - Condição de atividade e ocupação da população Nordeste, Sul e Brasil no período de 2001, 2011 e 2015 (em %)

Cond. atividade	Nordeste			Sul			Brasil		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
PEA	58,57	56,26	55,28	65,20	63,50	62,39	60,17	59,78	59,24
PNEA	41,43	43,74	44,72	34,80	36,50	37,61	39,82	40,22	40,76
<b>Cond. ocupação</b>									
Ocupados	91,11	92,05	89,77	93,37	95,56	93,09	90,50	93,17	90,33
Desempregados	8,89	7,95	10,23	6,63	4,44	6,91	9,50	6,83	9,67

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2001, 2011 e 2015.

Quanto à taxa de ocupação e taxa de desemprego, evidencia-se que as três regiões analisadas apresentam o mesmo comportamento, ou seja, no ano de 2011 ambas as regiões demonstraram uma queda na taxa de desemprego, no Brasil a queda chegou próximo a 3 pontos percentuais. Porém já em 2015 a taxa de desemprego voltou a subir atingindo níveis mais altos que os apresentados em 2001.

<sup>9</sup> A PEA representa o estoque de oferta de trabalho disponível no mercado, uma vez que corresponde a população ocupada (taxa de ocupação) e desocupada (taxa de desemprego).

Pochmann (2015) analisa o aumento recente na taxa de desemprego no Brasil evidenciando que este foi determinado pelas políticas de ajuste econômico que levaram à recessão. Além disso, destaca que o aumento do desemprego ocorreu de modo heterogêneo, atingindo principalmente as mulheres, os indivíduos mais velhos, com menor escolaridade.

A Tabela 3 apresenta a distribuições das pessoas ocupadas por setor de ocupação. Nota-se que no Nordeste a maior parcela da população ocupada encontra-se nos setores de serviços e agrícolas, sendo cerca de 50% das pessoas trabalham no setor de serviços. No Brasil e Sul, embora a maioria da população ocupada também esteja empregada no setor terciário, há maior participação do emprego industrial<sup>10</sup> do que do setor agrícola para os anos 2011 e 2015.

Tabela 3 - Distribuição das pessoas ocupados por setor para Nordeste, Sul e Brasil no período de 2001, 2011 e 2015 (em %)

Setor de ocupação	Nordeste			Sul			Brasil		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
Agrícola	35,98	28,09	23,39	23,74	15,80	13,40	20,56	16,11	14,07
Indústria	8,37	8,95	8,68	16,80	18,58	17,93	13,57	13,54	12,56
Construção civil	5,70	8,03	9,25	6,02	7,96	8,42	6,66	8,45	9,04
Serviços	48,87	49,44	52,87	51,71	49,39	51,92	57,46	53,47	55,73
Outras atividades	1,08	5,50	5,81	1,73	8,27	8,33	1,75	8,44	8,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2001, 2011 e 2015.

Embora todas as regiões analisadas tenham apresentado redução da participação do setor agrícola no emprego, que como destacado por Cano (2014), é um indicador de desenvolvimento, na região do Nordeste, a participação do setor agrícola no emprego ainda é muito elevada, bem superior a participação do setor industrial. Este último setor geralmente paga maiores salários e possui maior capacidade de alavancagem da economia local, com transbordamentos à montante e à jusante da cadeia produtiva.

Através da análise da Tabela 4, que apresenta a renda média setorial das regiões, nota-se, em todas as regiões analisadas, que a maior renda média é auferida pelos trabalhadores ocupados no setor de serviços, seguido pelo setor industrial,

<sup>10</sup> Considerando como emprego industrial os dados dos empregados na indústria somados aos empregados na construção civil.

enquanto os trabalhadores agrícolas recebem a menor renda média. Todavia, a análise desta tabela evidencia a desigualdade existente entre as regiões, pois a renda média auferida pelos trabalhadores nordestinos, de qualquer setor considerado, é inferior à dos trabalhadores do Sul, correspondendo em média a 53% da renda destes, e à dos trabalhadores brasileiros, correspondendo em média a 64% da renda destes. Embora essa diferença tenha diminuído de 2001 a 2015 em alguns setores, em outros como o de construção civil, a diferença ainda é grande. Sendo que as maiores diferenças se encontram no setor agrícola, que na região Nordeste e no Brasil remunera, em média, abaixo do salário mínimo nacional, sendo o setor que emprega parcela substancial da população nordestina (23,4%, em 2015).

Tabela 4 – Renda média por setor de atividade no período de 2001, 2011 e 2015 (em R\$)

Setor de ocupação	Nordeste			Sul			Brasil		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
Agrícola	251	393	465	600	1.089	1.167	419	681	768
Indústria	562	854	929	1.073	1.392	1.543	1.050	1.335	1.436
Construção civil	432	651	713	705	1.098	1.415	646	965	1.106
Serviços	762	1.072	1.102	1.407	1.728	1.872	1.245	1.487	1.573

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2001, 2011 e 2015.

A renda é um importante componente para o desenvolvimento, uma vez que impacta tanto na condição de vida e possibilidade de consumo das famílias, quanto no desenvolvimento da região. Essa grande diferença entre as rendas médias, e somando-se a isso, a análise da Tabela 3, que evidenciou grande parcela da população nordestina empregada nos setores de menor renda, sinalizam o menor desenvolvimento da região Nordeste em comparação com à região Sul e ao país.

Além da análise setorial do emprego é importante abordar a distribuição das pessoas ocupadas por posição de ocupação e sua renda, conforme Tabelas 5 e 6, respectivamente. No Nordeste a maior parte de pessoas ocupadas encontram-se na posição de empregados sem carteira e por conta própria, ao passo que no Sul e no Brasil a maior parte das pessoas trabalham com carteira assinada.

A análise das regiões evidenciou uma tendência ao aumento do emprego com carteira assinada e uma redução do emprego sem carteira entre 2001 e 2015, mas com leve aumento do emprego por conta própria, principalmente de 2011 para 2015,

revertendo a tendência de queda que vinha apresentando em relação a 2001 e 2011, conforme dados da Tabela 5, o que pode ser explicado pela recessão que se iniciou em meados de 2014.

Tabela 5 – Distribuição de pessoas ocupadas por posição de ocupação - 2001, 2011 e 2015 (em %)

Posição na ocupação	Nordeste			Sul			Brasil		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
Emp. com carteira	17,77	25,75	26,91	34,79	46,83	47,11	31,56	41,00	40,83
Func. público e militar	5,81	7,19	7,40	5,50	6,32	7,39	6,48	7,11	7,74
Emp. sem carteira	26,61	25,03	24,40	18,23	15,25	13,56	24,17	19,97	18,61
Conta própria	27,97	24,73	26,93	21,43	19,46	21,05	22,22	20,88	22,69
Produção p/ próprio consumo	6,23	9,41	8,15	5,08	3,53	3,29	3,87	4,19	3,99
Construção p/ o próprio uso	0,15	0,10	0,11	0,15	0,09	0,08	0,20	0,12	0,11
Não remunerado	12,72	5,38	3,43	9,74	4,18	2,67	7,38	3,49	2,38
Empregador	2,74	2,43	2,66	5,07	4,34	4,84	4,12	3,24	3,65

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2001, 2011 e 2015.

A renda média é maior, em todas as regiões, para os empregadores, como já era esperado. Contudo, a parcela da população que aufer tal renda é inferior a 5,1% no Sul, a 4% no Brasil e a 3% no Nordeste, em todo o período analisado. O segundo maior rendimento médio pertence aos empregados com carteira assinada, exceto para os anos de 2011 e 2015 na região Sul, no qual a maior renda média é auferida por trabalhadores autônomos (Tabela 6).

Tabela 6 - Renda média por posição de ocupação no período de 2001, 2011 e 2015 (em R\$)

Posição na ocupação	Nordeste			Sul			Brasil		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
Emp. com carteira	739	977	1.023	1.124	1.427	1.557	1.129	1.381	1.472
Emp. sem carteira	409	640	684	835	1.194	1.328	704	967	1.022
Conta própria	471	740	790,50	1.089	1.577	1.733	922	1.258	1.321
Empregador	2.042	3.007	2.612	3.014	3.709	3.590	3.036	3.570	3.599

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2001, 2011 e 2015.

Cerca de 50% da população nordestina está empregada sem carteira assinada ou trabalham por conta própria, auferindo as menores rendas médias da região, inclusive estas médias encontram-se abaixo do salário mínimo nacional para o período analisado.

No Sul, mais de 66% da população estava empregada com carteira assinada ou trabalhando por conta própria, auferindo as maiores remunerações das categorias analisadas, com exceção da categoria empregador.

É importante destacar que enquanto no Nordeste a remuneração média do autônomo é inferior ao salário mínimo, no Sul, em 2011 e 2015, ela supera a remuneração média com carteira assinada e o salário mínimo nacional.

A redução do desemprego, é um dos indicadores do desenvolvimento, mas essa não deve ser buscada por meio da criação de qualquer tipo de emprego. Assim, para mensurar a qualidade do emprego, foi utilizado o conceito de trabalho decente. Para tanto, foram considerados diversos fatores como essenciais para estimar o percentual de empregos decentes de cada região, conforme exposto na Tabela 7.

Tabela 7 – Classificação de trabalho decente no período de 2001, 2011 e 2015 (em %)

Emprego Decente	Nordeste			Sul			Brasil		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
Registrado + salário mínimo + jornada de 40 a 44 horas + previdência	4,62	9,78	12,82	13,49	29,25	34,40	11,05	21,62	25,24
Registrado + salário mínimo + previdência	9,85	17,71	20,79	24,89	44,80	49,27	23,53	36,70	39,67
Registrado + salário mínimo + jornada de 40 a 44 horas	4,70	9,86	12,89	13,66	29,36	34,60	11,66	21,74	25,46
Registrado + salário mínimo	10,00	17,83	20,93	25,12	44,96	49,50	23,79	36,89	39,98
Registrado + jornada de 40 a 44 horas	10,08	17,85	21,26	21,36	33,72	37,26	17,82	27,68	30,49
Registrado + previdência	23,40	32,80	34,15	39,95	52,88	54,16	37,70	47,89	48,21

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2001, 2011 e 2015.

O conceito mais completo de emprego decente deve ser com carteira assinada, renda média igual ou superior ao salário mínimo, jornada de 40 a 44 horas semanais<sup>11</sup> e com contribuição à previdência social<sup>12</sup>. De modo geral, houve uma tendência de crescimento do emprego decente em todas as regiões de 2001 a 2015, contudo, com base no conceito mais completo, o percentual de ocupados que possuíam emprego decente em 2015, no Nordeste, correspondia a 12,8%, no Sul a 34,4% e no Brasil a 25,2%.

Além disso, ao se analisar os dados das regiões Nordeste e Sul, nota-se que em 2015 o percentual dos ocupados nordestinos com trabalho decente era inferior ao percentual da população ocupada da Região Sul, que possuíam esse tipo de emprego em 2001.

As demais linhas da Tabela 7 apresentam conceitos mais “relaxados” de trabalho decente, pois reduzem os itens essenciais para descrever o conceito. De modo geral, verifica-se que com a redução dos itens o percentual da população ocupada que possui emprego decente aumenta, em todas as regiões.

Outro importante indicador do desenvolvimento é a redução da pobreza. A Tabela 8 apresenta as medidas de pobreza e desigualdade do Nordeste, Sul e Brasil de 2001, 2011 e 2015.

---

<sup>11</sup> Essa jornada foi escolhida como ideal, uma vez que corresponde a jornada normal de trabalho de acordo com a legislação trabalhista. Normalmente, empregos com jornada inferior, são considerados subempregos, pois tendem a remunerar o trabalhador parcialmente.

<sup>12</sup> A importância da contribuição previdenciária, consiste no auxílio ao trabalhador, e/ou sua família, em situações como desemprego, acidente de trabalho, doença, invalidez, gravidez, prisão, morte ou velhice.

Tabela 8 - Medidas de pobreza e desigualdade no período de 2001, 2011 e 2015

Indicadores	Nordeste			Sul			Brasil		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
P0 <sup>1</sup>	72,66	53,05	45,87	36,81	17,41	14,21	48,76	31,08	27,44
P1 <sup>1</sup>	41,40	24,68	20,25	16,01	6,30	4,79	24,16	13,07	10,79
P2 <sup>1</sup>	28,01	15,29	12,16	9,39	3,46	2,61	15,32	7,73	6,17
Índice de Gini	0,59	0,54	0,51	0,54	0,46	0,45	0,59	0,52	0,51
Índice de Gini pobres	0,33	0,29	0,27	0,26	0,23	0,22	0,30	0,26	0,25
Índice de Gini não pobres	0,44	0,42	0,39	0,44	0,41	0,40	0,46	0,43	0,43
Renda média pobre (A) <sup>2</sup>	208	263	272	274	319	331	248	287	297
Renda média não pobre (B) <sup>2</sup>	1.356	1.370	1.324	1.541	1.741	1.872	1.365	1.694	1.756
Renda média total dos ocupados <sup>2</sup>	548	855	923	1.124	1.570	1.736	1.026	1.359	1.467
(A/B) *100	15,36	19,19	20,59	17,84	18,33	17,69	18,17	16,98	16,95

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2001, 2011 e 2015.

Nota: (1) Valores em porcentagem (%).

(2) Valores em reais (R\$).

Primeiramente verifica-se o percentual da população em condição de pobreza (P0), ou seja, que auferir renda inferior a meio salário mínimo. A região Nordeste apresenta alto nível de pobreza, tendo 72% de sua população abaixo da linha de pobreza em 2001 e, mesmo com redução verificada no período, em 2015 esse percentual ainda atingiu 45%, considerado elevado, principalmente se comparado à região Sul, que em 2015 possuía somente 14% de sua população em condição de pobreza, e até mesmo, comparado com o Brasil com 27% da população abaixo da linha da pobreza nesse mesmo ano.

O *déficit* de pobreza (P1), mede a intensidade dessa pobreza, ou seja, indica o percentual que a renda dos pobres se encontra abaixo da linha de pobreza. Assim, pela análise do *déficit* de pobreza para a população pobre nordestina, de 2015, observa-se que essa população, em média, auferiu renda 20% abaixo da linha da pobreza, enquanto a população pobre da região Sul, auferiu renda 4,8% abaixo da linha da pobreza.

Já o indicador da severidade da pobreza (P2) apresenta a parcela de pobres que possui renda muito abaixo da linha de pobreza. Durante o período analisado

houve uma redução dessa severidade no Nordeste, Sul e Brasil, no entanto a região Nordeste, novamente, possuiu o maior indicador de severidade de pobreza, 12,1%, bem acima da média brasileira, que em 2015 correspondia a 6,2%, e da região Sul, 2,6%.

Os indicadores de percentual da população pobre, *déficit* de pobreza e severidade da pobreza são importantes para o desenvolvimento de políticas públicas, e sua melhoria no período analisado pode indicar a efetividade de políticas de redistribuição de renda, como o Programa Bolsa Família, elaborado com o intuito de contribuir para a superação da pobreza, especialmente no seu grau mais extremo, além de buscar romper com o ciclo da pobreza, ao condicionar o recebimento das transferências ao acesso à saúde, educação e assistência social das famílias beneficiárias (MDS, 2016).

Leão, Moreira e Cunha (2016) expõem as transformações nas rendas das famílias do Nordeste com as transferências de programas sociais (PFB). Os autores demonstram como são expressivas as mudanças, tanto quanto ao peso dos programas na renda domiciliar como também o alto grau de progressividade, principalmente nas famílias de renda muito baixa. Dessa forma, verifica-se o importante papel do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e da desigualdade no Nordeste, nos anos de 2004 e 2011.

Além da pobreza, outro indicador importante para o desenvolvimento é distribuição de renda da economia, pois como o desenvolvimento relaciona-se com o aumento do bem-estar da sociedade, uma economia será mais desenvolvida se possuir um baixo índice de concentração de renda. O índice de Gini, mede a concentração de renda, sua análise indica a redução da concentração de renda no país e nas regiões, sendo que a concentração de renda do Nordeste está próxima à média nacional, e é superior à da região Sul. Contudo, quando se desagrega o índice para a população pobre e não pobre percebe-se que a desigualdade de renda entre os pobres é menor do que entre os não pobres. No Sul essa concentração chega até ser o dobro, isso ocorre porque dentro dos não pobres estão pessoas com super-renda.

Em relação à renda, já foram analisadas as rendas médias dos diferentes setores e posições de ocupação, a Tabela 8 apresenta a renda média em reais da população pobre e não pobre, evidenciando a distância entre a renda média de quem

está abaixo da linha de pobreza, que equivale a R\$ 468,50 para todo o período, e quem está acima desta linha.

Analisando a renda do pobre e não pobre separadamente, nota-se a mesma tendência dos demais indicadores, pois a região Sul apresenta uma renda acima da média brasileira, enquanto o Nordeste apresenta uma renda abaixo. Outro item que se verifica é que o percentual da renda média dos pobres em relação à dos não pobres, de ambas as regiões e no Brasil, se mantem próxima dos 17%, com destaque a região Nordeste que em 2015, a renda média dos pobres ultrapassou 20% da renda média dos não pobres.

As Tabelas 9 e 10 abordam os dados dos domicílios das pessoas tentando mensurar o bem-estar da população. A Tabela 9 apresenta indicadores sobre a qualidade do domicílio, um importante indicador da qualidade de vida da população, pois reflete a precariedade ou estabilidade das condições de moradia dos indivíduos.

Os dados de 2015, indicam que mais de 95% da população nordestina, sulista e brasileira, residem em moradias com paredes duráveis, cobertura durável, acesso a banheiro exclusivo da residência, tem acesso à energia elétrica na moradia. Entretanto, somente cerca de 55% das moradias nordestinas, 79% das moradias sulistas e 71% das moradias brasileiras possuem saneamento adequado. Isso é refletido no indicador da moradia adequada, que no Nordeste não atinge nem 60% das residências em 2015, e novamente, apesar da melhoria desse indicador em relação à 2001, os dados nordestinos de 2015 são inferiores aos dados do Sul e do Brasil, referentes a 2001.

Tabela 9 - Qualidade do domicílio no período de 2001, 2011 e 2015 (em %)

Indicadores	Nordeste			Sul			Brasil		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
Paredes duráveis	91,06	95,29	97,13	98,36	98,89	99,05	96,36	97,98	98,71
Cobertura durável	96,74	98,66	98,96	99,38	99,38	99,11	98,67	99,03	99,26
Canalização água interna	68,06	78,88	79,26	80,85	86,27	88,04	79,66	83,25	84,54
Acesso a banheiro	77,04	91,11	94,32	97,24	99,44	99,66	91,44	96,54	97,87
Banheiro exclusivo	98,56	99,33	99,64	97,96	99,43	99,68	98,36	99,30	99,58
Saneamento adequado <sup>1</sup>	37,22	51,16	54,66	60,24	74,37	78,78	59,03	67,67	71,30
Energia elétrica (rede, gerador, solar)	88,84	98,72	99,61	97,76	99,86	99,95	95,55	99,24	99,72
Nº moradores dom.	5,07	4,21	3,96	4,08	3,62	3,42	4,51	3,93	3,74
Pessoas por dormitório	2,30	2,01	1,92	1,98	1,75	1,69	2,21	1,96	1,89
Moradia Adequada <sup>2</sup>	36,69	50,70	54,30	59,56	73,51	77,58	58,53	67,20	70,84

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2001, 2011 e 2015.

Notas: <sup>1</sup> Acesso simultâneo à água de rede, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados.

<sup>2</sup> Residência que possui simultaneamente: paredes duráveis, telhados duráveis, saneamento adequado, energia elétrica e acesso a banheiro.

No entanto, não é somente a qualidade da moradia, mas também o acesso a bens que garante também maior conforto, como artigos eletrônicos e de telecomunicação, que indicam o bem-estar da população e, com isso, o desenvolvimento regional. A Tabela 10 apresenta o percentual da população que tem acesso a esses bens, e, como esperado, Computador e telefone celular eram pouco utilizados em 2001, mas tiveram grande aumento até 2015. Porém o item que mais percebe-se desigual é a máquina de lavar roupas, em 2015, 83,5% das moradias sulistas possuíam esse bem, enquanto na região Nordeste somente 32% tinham máquina de lavar, montante inferior ao apresentado pelo Brasil e pela região Sul em 2001.

Tabela 10 - Acesso a bens duráveis e serviços de telecomunicação no período de 2001, 2011 e 2015 (em %)

Indicadores	Nordeste			Sul			Brasil		
	2001	2011	2015	2001	2011	2015	2001	2011	2015
Televisão	79,37	96,22	97,31	92,75	98,19	98,41	89,22	97,30	97,81
Geladeira	64,92	91,33	96,79	93,26	99,01	99,45	84,43	95,73	98,04
Máq. de lavar	8,90	22,00	31,83	49,58	71,33	83,51	32,44	50,11	61,49
Computador	4,88	25,61	32,38	14,11	54,10	58,76	12,03	44,15	48,65
Acesso à Internet <sup>1</sup>	65,93	83,14	85,05	61,51	81,70	88,02	65,92	84,32	87,39
Tel. celular	17,75	82,29	89,75	37,86	92,49	95,85	30,51	88,63	93,47
Tel. fixo	30,35	19,56	14,88	52,01	42,38	38,72	49,85	38,89	34,58

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2001, 2011 e 2015.

Nota: (!) Dos que possuem microcomputador quantos % tem acesso à internet.

Além de garantir maior conforto e comodidade, Chang (2013) destaca a importância deste, e outros eletrodoméstico para a revolução no processo de produção, muito mais substanciais que a introdução da internet, uma vez que permitiu a redução significativa do tempo das tarefas domésticas, possibilitando aumento do montante de mulheres no mercado de trabalho. Com o tempo essas mudanças impactaram no aumento do grau de instrução feminino, sua valorização no mercado de trabalho e na opção familiar por menos filhos.

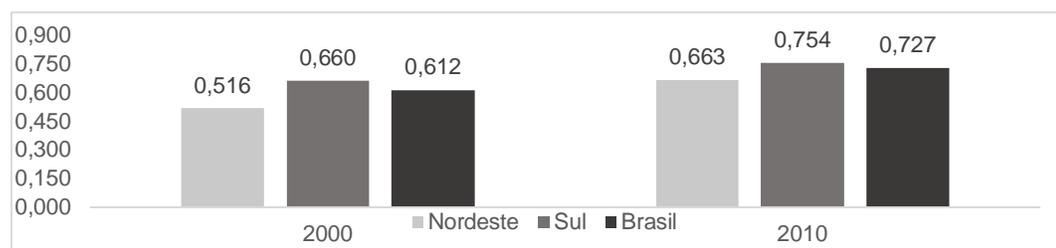
O indicador internacionalmente utilizado para a análise de desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH. A Figura 1 apresenta esse indicador para regiões estudadas, evidenciando o menor desenvolvimento humano do Nordeste em 2000 e 2010 com relação ao país e à região Sul.

Através da análise das faixas de desenvolvimento humano<sup>13</sup>, em 2000, o Nordeste é classificado como de baixo desenvolvimento, enquanto o Sul e o Brasil apresentaram médio desenvolvimento humano. Em 2010 o Nordeste apresentou um médio desenvolvimento, o Sul e o Brasil um alto desenvolvimento. Esses dados indicam que o Nordeste se mantém defasado, e mais uma vez em 2010 apresentou IDH semelhante ao que o Sul apresentou em 2000. O baixo IDH do Nordeste reflete

<sup>13</sup> No IDH Global as faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: Baixo Desenvolvimento Humano menor que 0,550, médio entre 0,550 e 0,699, alto entre 0,700 e 0,799 e Muito Alto Desenvolvimento Humano acima de 0,800.

os demais indicadores já analisados, especialmente, a renda média *per capita* e os indicadores de escolaridade.

Figura 1 – Índice de Desenvolvimento Humano no período de 2000 e 2010<sup>1</sup>



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNUD, 2016.

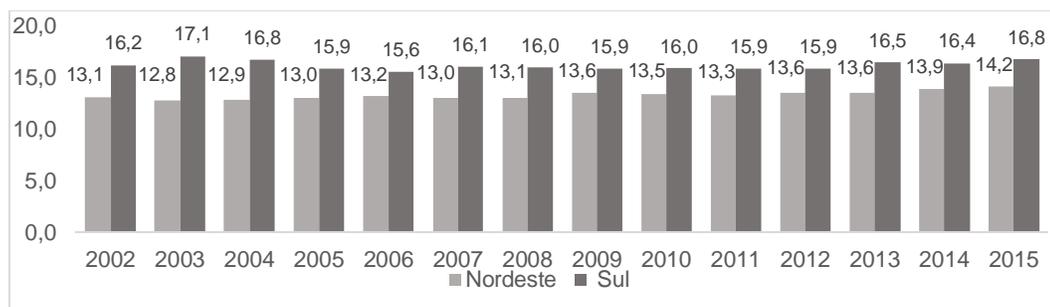
Nota: (1) O IDH é divulgado em censo, decenalmente, portanto só há dados disponíveis para 2000 e 2010. Para as regiões utilizou-se o IDHM, para o país o IDH Global

A partir da análise dos dados das regiões apresentadas neste trabalho, nota-se o menor nível de desenvolvimento do Nordeste, corroborado pela observação do IDH desta região, além disso, verificou-se o alto índice de população pobre na região, que não somente reduz a liberdade do indivíduo como também diminui suas oportunidades. Bem como, com níveis altos de pobreza, o mercado local é prejudicado, agravando ainda mais a situação, pois esse enfraquecimento do mercado interno reflete na produção e então limita a geração de emprego.

Além dos indicadores populacionais é importante analisar as variáveis econômicas das regiões, como o PIB *per capita*, despesas de Capital, a participação de cada setor no PIB regional e a participação das regiões no PIB brasileiro.

A Figura 2 mostra a participação das regiões no PIB brasileiro, sua observação evidencia que a participação do Nordeste se mantém próximo a 13%. Ao mesmo tempo que o Sul possui uma sequência menos linear que o Nordeste, e apresentando aproximadamente 16,5% durante o período, com destaque ao ano de 2003, no qual atingiu 17,1%

Figura 2 - Participação das regiões no PIB brasileiro (%) de 2002 a 2015



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2016).

A Tabela 11 apresenta o produto *per capita* das regiões. Nota-se que o PIB *per capita* da região Nordeste está bem abaixo do que a região Sul, corroborando com os dados do da Figura 2 que apontou a menor participação da região Nordeste na composição do PIB nacional.

Tabela 11 - Produto interno bruto *per capita* das regiões 2001 a 2012<sup>1</sup>

Ano	Nordeste	Sul
2001	3.382,19	8.543,88
2002	3.922,42	9.700,19
2003	4.397,29	11.560,38
2004	4.954,45	12.831,28
2005	5.498,84	13.206,01
2006	6.028,09	14.156,12
2007	6.663,56	16.020,11
2008	7.487,49	18.257,34
2009	8.167,74	19.324,73
2010	9.560,72	22.720,89
2011	10.379,55	24.382,79
2012	11.044,59	25.633,53

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Datasus, 2018.

Nota: <sup>1</sup> Valores do PIB *per capita* estão em reais correntes.

A diferença entre o PIB *per capita* das regiões é elevada, em todo o período analisado, pois a região Sul apresenta valores duas à três vezes maiores que a região Nordeste. Essa diferença no PIB *per capita* pode ser explicada pela decomposição setorial do PIB.

Já foi analisado que os setores que empregam maior volume de mão de obra no Brasil e na região Sul são: o setor de serviços e o setor industrial, respectivamente. Já no Nordeste, o segundo setor é o agrícola. A Tabela 12 apresenta a participação

desses setores (primário, secundário e terciário) na composição do PIB das regiões analisadas.

Tabela 12 - Participação dos setores no PIB das regiões e Brasil no período de 2002 a 2015

Ano	Nordeste			Sul			Brasil		
	Agropec.	Ind.	Serv.	Agropec.	Ind.	Serv.	Agropec.	Ind.	Serv.
2002	10,0	23,0	67,1	10,8	29,1	60,1	6,42	26,4	67,2
2003	10,8	22,5	66,7	12,7	28,7	58,6	7,20	27,0	65,8
2004	10,2	23,6	66,2	10,9	30,8	58,3	6,67	28,6	64,7
2005	8,9	23,1	68,0	8,3	30,1	61,6	5,48	28,5	66,0
2006	8,5	23,2	68,3	8,2	29,1	62,8	5,14	27,7	67,2
2007	8,1	22,0	69,9	8,6	28,8	62,6	5,18	27,1	67,7
2008	8,8	22,1	69,1	9,6	28,2	62,2	5,41	27,3	67,3
2009	7,9	21,4	70,8	8,5	28,6	62,9	5,24	25,6	69,2
2010	6,7	22,9	70,4	8,3	29,2	62,5	4,84	27,4	67,8
2011	7,0	22,1	70,9	8,2	29,2	62,6	5,11	27,2	67,7
2012	6,2	21,7	72,1	7,3	28,1	64,6	4,90	26,0	69,1
2013	6,2	20,3	73,5	9,4	26,5	64,1	5,28	24,9	69,9
2014	6,3	19,4	74,3	8,6	25,8	65,6	5,03	23,8	71,2
2015	6,5	19,9	73,6	8,4	25,4	66,2	5,02	22,5	72,5

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2016).

Conforme aponta a Tabela 12 o setor agropecuário é o de menor participação em ambas as regiões e no Brasil, e o setor de serviços o maior. Nota-se que no Nordeste a participação dos setores da indústria e agropecuário é bem pequena, e vem diminuindo com o aumento do setor de serviços. Isso demonstra o peso do setor de serviços, representando mais de 70% do PIB a partir de 2009.

Contudo, ao mesmo tempo que a região Sul também tem o setor serviço como o de maior peso, diferente do que acontece no Nordeste, há uma participação maior do setor industrial no PIB sulista. O que pode-se perceber em ambas as regiões é a redução da participação do setor agropecuário com um aumento do setor de serviços.

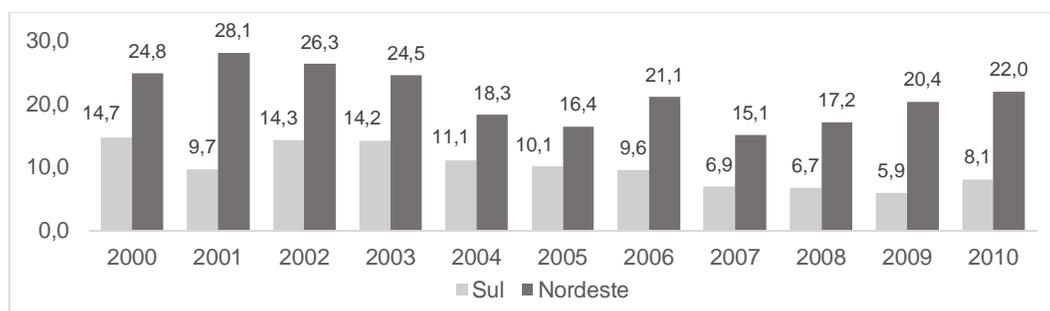
É importante ressaltar que a indústria como motor do desenvolvimento econômico, deveria ser priorizada, uma vez que tende a gerar salários mais elevados e tem maior capacidade de alavancar a economia em decorrência do efeito de transbordamento da produção industrial. Assim, uma redução da participação da agricultura, seria positiva se fosse acompanhada pelo aumento da produção industrial. Contudo, como o setor de serviços, em média, tem remunerado os trabalhadores acima do salário médio do setor agrícola, essa mudança pode ser vista como positiva.

Chang (2013) destaca que não vivemos em uma era pós-industrial e que as economias mais desenvolvidas, mesmo que apresente uma maior participação relativa dos serviços, ainda são fortemente industrializadas, com seu setor industrial dinâmico, determinando o crescimento da produtividade e da economia. Segundo Chang (2013, p. 145) “achar que um país pobre pode se desenvolver com base principalmente no setor de serviços é pura fantasia”.

Neste contexto, o caso nordestino é preocupante, uma vez que a participação industrial na composição do PIB regional é menor do que a sulista e brasileira, e apresenta redução no período estudado.

O Estado tem um papel primordial na promoção do desenvolvimento, especialmente o regional. Um importante estímulo ao desenvolvimento é o investimento, em razão do efeito multiplicador. O Gráfico 5 apresenta a participação das regiões Sul e Nordeste no total nacional de despesas de capital de 2000 a 2010.

Figura 3 - Participação das regiões no total nacional das despesas de capital de 2000 a 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (2018).

Por meio de sua análise é possível verificar que, em todo o período, os investimentos do governo foram, cerca de duas vezes, maiores na região Nordeste do que na Sul. Esse resultado era esperado, em decorrência do menor nível de desenvolvimento da região Nordeste, o Estado deve estimular, por meio de políticas públicas, a geração de emprego e renda.

Segundo IPEA (2010), o país buscou retomar o crescimento econômico, ao longo da década de 2010, por meio de políticas que estimulassem o aumento do emprego e da renda, especialmente via aumento dos investimentos públicos, em infraestrutura e construção civil.

Pereira (2015) destaca que os investimentos destinados ao Nordeste foram voltados para obras de infraestrutura e produção industrial. Além disso, o governo Lula adotou uma postura nacional-desenvolvimentista e sua política macroeconômica afetou intensamente a região nordestina, incentivando o desenvolvimento industrial e econômico da região.

A análise de dados desta seção evidenciou a desigualdade existente entre as regiões Sul e Nordeste, apontando a heterogeneidade do desenvolvimento regional da economia brasileira. Estes mostraram os diferentes níveis de qualidade de vida entre as regiões Sul e Nordeste, e a defasagem nos indicadores nordestinos que reduzem a liberdade da sua população e pode explicar o menor desenvolvimento da região. Essa desigualdade também explica a razão da região Nordeste ser tão impactada por políticas sociais, uma vez que estas políticas elevam a renda, podendo garantir uma melhora na qualidade de vida, mesmo que pequena.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou analisar a desigualdade do desenvolvimento brasileiro através do estudo das regiões Sul e Nordeste do país, no período de 2001 a 2015.

Como enfatizado por Sen (1999), Furtado (1968 apud HOFFMANN, 2001), as restrições de liberdades e oportunidades, a desigualdade e pobreza são fatores que obstaculizam o desenvolvimento. Portanto, a análise do desenvolvimento deve ser multidimensional, uma vez que tal análise ao mesmo tempo que indica o grau de desenvolvimento das regiões, apresenta as características destas que impedem ou retardam o seu desenvolvimento.

A seção 5 apresentou a análise multidimensional do desenvolvimento das regiões Nordeste e Sul, além de compará-las com a média nacional. Essa análise revelou as significativas discrepâncias regionais que o país apresenta. De modo geral, o Nordeste apresentou indicadores abaixo da média nacional e muito inferiores ao da região sul, inclusive, mesmo com melhorias significativas nos indicadores nordestinos que ocorreram entre 2001 e 2015, em muitos deles, seus valores referentes a 2015 continuam abaixo ou próximo dos valores sulistas de 2001.

A análise dos dados evidenciou as diferenças na estrutura do mercado de trabalho, do emprego decente e da estrutura produtiva das regiões, indicando a necessidade de políticas públicas específicas para contribuir com o aumento da renda

e redução da pobreza e desigualdade entre as regiões. Além disso, o estímulo ao desenvolvimento industrial nordestino, poderia ser um caminho, pois embora as diferenças educacionais estejam sendo minoradas, as oportunidades no mercado de trabalho nordestino não têm se aproximado das sulistas ou da média nacional, com predominância de população empregada em subempregos, sem registro e mau-remunerada.

Essa desigualdade, e o significativo percentual da população nordestina vivendo em situação de pobreza, também explica a razão da região Nordeste ser tão impactada por políticas sociais, pois essas políticas complementam a renda dos pobres, podendo garantir, mesmo que pequena, uma melhora na qualidade de vida.

De modo geral, houve desenvolvimento das regiões no período analisado, com melhoria de diversos indicadores, como educação, renda, PIB, trabalho decente, etc. Contudo, mesmo com o aprimoramento das condições de vida, emprego e economia, a região Nordeste, encontra-se muito aquém da situação sulista, apesar dos esforços do governo para reduzir essa desigualdade por meio de políticas de redução de pobreza, maiores investimentos na região, etc., e mesmo diante de melhorias substanciais nos indicadores nordestinos.

Essa defasagem pode ser explicada pelas diferenças históricas, econômicas e sociais das regiões, uma vez que o desenvolvimento depende de uma trajetória, ou seja, é afetado pelo contexto, características, cultura, estrutura, bem como, pelas liberdades substantivas de sua população.

Assim, o desenvolvimento no Brasil se revelou heterogêneo, indicando a necessidade de políticas públicas específicas para reduzir essas desigualdades regionais, dado que estas são obstáculos à continuidade do crescimento e do desenvolvimento sustentado e sustentável da economia. Como os principais obstáculos ao crescimento e desenvolvimento, bem como, em razão das principais diferenças regionais, é urgente uma política que priorize a melhoria do mercado de trabalho nordestino, com a criação de empregos decentes, bem como a industrialização da região.

Isso posto, não isenta a possibilidade de melhoria dos indicadores da região Sul, pois mesmo que apresentando, em sua maioria, índices acima do Brasil e Nordeste, a região ainda tem um longo caminho a percorrer para a redução da desigualdade, pobreza, aumento da formalidade, etc. Embora seja primordial o

direcionamento das políticas públicas para as regiões menos desenvolvidas, como a nordestina.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. et. al. **A evolução do pensamento econômico**: o pensamento econômico da síntese neoclássica ao novo consenso. Maringá: EDUEM, 2017. v. 2 (Coleção Fundamentum, 117).

ARAUJO, T. B. Nordeste: Desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 540-560.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico. Textos para Discussão**, Rio de Janeiro: IPEA, n. 525, Nov. 1997.

BAUMANN, R.; ABRAMO, L.; BOLDUC, K. Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente. In: \_\_\_\_\_. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente**: A Experiência Brasileira Recente. Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008. p. 76-119.

BERNARDES, D. M. **Notas sobre a formação social do Nordeste**. Lua Nova, São Paulo. p 41-79. 2007.

CASALI, G. F. R.; SILVA, O. M.; CARVALHO, F. M. A. Sistema regional de inovação: estudo das regiões brasileiras. **Revista Econômica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 515-550, Set./Dez. 2010.

CAVALCANTE FILHO, P. F. M. B. A encruzilhada da economia do Nordeste: tendências recentes e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 2, p. 151-171, Abr./Jun. 2015.

CHANG, H. J. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. Tradução de Cláudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, 2002.

\_\_\_\_\_. O institucionalismo e o processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: Anpec, 2007. p. 1-18. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A101.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

COUTO, A. C.; BRITO, E. C.; COUTO, J. M. Evolução da pobreza no Paraná (2003-2013). **Gestão e Desenvolvimento em Revista**. v.1, n.2, Jul./Dez. 2015, p. 101-116.

DATASUS. Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Informações de Saúde (TABNET)**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&id=7401272&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/pibmun>>. Acesso em: 01 out. 2018.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. Desenvolvimento e distribuição de renda. In: \_\_\_\_\_. **Economia Brasileira Contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 61-85.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n. 41, Jan./Apr. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> . Acesso em: 28 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Tabela 1.8 - População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 02 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Contas Regionais – SCR**. Tabelas 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=23025&t=resultados>>. Acesso em: 02 out. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil em Desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <<http://www.ipeadta.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

LEÃO, I. D. L. S; MOREIRA, T. B. S; CUNHA, G. Impactos do Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade no Nordeste. **Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**, Brasília, n. 20, p. 120-147, Jan/Jun. 2016.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 323-350, 2003.

MOCELIN, D. G. Do trabalho precário ao trabalho decente? A qualidade do emprego como perspectiva analítica. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 2. p. 47-62, Jul./Dez. 2011.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto; GARGIONI, Sergio Luiz. Desenvolvimento da Região Sul do Brasil. In: MONTORO, Guilherme Castanho Franco et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Sul. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 310-325.

OIT. **Trabalho Decente**. 2018. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 15 out. 2018.

OLIVEIRA, B. R.; BASTOS, C. P. Desenvolvimento Econômico e Provisão de Bens e Serviços Públicos: Aspectos Teóricos deste Debate. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 35-55, Jul./Dez. 2016.

PEREIRA, E. M. Desenvolvimento, questão social e nordeste brasileiro: contradições e tendências atuais. **Temporalis**, Brasília, v. 15, n. 30, p. 281-306, Jul./dez. 2015.

PNAD. Microdados. **PNAD 2001, 2011 e 2015**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 out. 2018.

PNUD. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras**. Brasília: IPEA: FJP, 2016.

POCHMANN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 7-19, Set./Dez. 2015.

ROCHA, S. Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução – 1985/91. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro: IPEA, n. 567, jun. 1998.

\_\_\_\_\_. **Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata?**. 3. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 12, n. 33, p. 151-165, Abr./Jun. 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, R. B. **Investimento em educação no Brasil**: uma análise sobre os impactos quantitativos e qualitativos no período 1990 a 2015. 2017. TCC (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento Econômico. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. revisada. São Paulo: Atlas, 2011. p. 1-27.